



GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO: O CASO BRASILEIRO

GENDER AND LABOR MARKET: THE BRAZILIAN CASE

Daiani Scheffer¹
Edna Regina Spada²

RESUMO

O artigo propõe responder a pressupostos referentes à mulher e sua inserção no mercado de trabalho, a partir da ideia de que homens e mulheres têm as mesmas capacidades de trabalho e, por isso, ambos podem ser igualmente eficientes; a de que as mulheres, normalmente, possuem menores salários que os homens e, por último, o motivo de as mulheres não serem as únicas contratadas por empresários, visto que seu gasto salarial é menor, já que recebem menos que os trabalhadores homens. Ainda assim, analisaremos a maneira pela qual os empregadores lidam com as situações de diferença entre trabalhadores mulheres e homens, as necessidades, impactos e vias de possível – ou impossível – solução.

Palavras-chave: mercado de trabalho; gênero; mulher.

ABSTRACT

The article proposes to respond to assumptions regarding women and their insertion in the labor Market, based on the idea that men and women have the same work capacities and, Therefore, both can be equally efficient; that women normally have lower wages than men and, finally, the reason why women are not the only ones hired by entrepreneurs, since their wage expenditure is lower, since they receive less than male workers. Still, we will analyze the way in which employers deal with situations of difference between women and men workers, the need, impacts and ways of possible – or impossible – solution.

Keywords: labor market; gender; woman.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva responder a questionamentos básicos que se relacionam à economia, observando as diferenças entre homens e mulheres no quesito capacidade de trabalho, eficiência e diferenciação salarial. Os aspectos econômicos serão voltados ao viés da teoria Neoclássica que será desenvolvida ao longo do texto.

Buscamos responder a alguns pressupostos como a ideia inicial de que se um homem e uma mulher possuem a mesma capacidade de desenvolver o mesmo trabalho e serem

¹Mestranda em Políticas Públicas e Desenvolvimento na Universidade Federal da Integração Latino-Americana. Graduada em Saúde Coletiva. E-mail: daiani.scheffer.sc@gmail.com

²Doutora em Física pela Universidade Federal de Santa Catarina. Professor do Instituto de Física de São Carlos - Universidade de São Paulo. E-mail: edspada@gmail.com



igualmente eficientes não haveria motivo para a desproporção e desigualdade salarial em que as mulheres recebem menos que os homens até mesmo em serviços mais complexos.

Da mesma maneira, pretendemos responder o porquê de as empresas contratarem mais homens que mulheres, visto que o salário feminino é menor e, caso formassem uma equipe apenas feminina, teriam menores gastos.

Por fim, compreenderemos como essas situações se encaixam em casos brasileiros, analisando a ideia de construção de mercado e seu desenvolvimento; gênero e teoria econômica, fazendo considerações sobre os aspectos que envolvem todos os elementos e formam o mercado atual brasileiro, cujo privilégio é inteiramente masculino, seja em setores públicos ou privados.

2. GÊNERO E MERCADO DE TRABALHO A LUZ DA TEORIA ECONÔMICA

O comportamento do mercado de trabalho tem sido marcante desde o processo da Revolução Industrial em que se iniciou a relação entre trabalhador e as organizações trabalhistas. Atualmente, as indústrias têm se reestruturado para obter capital cada vez mais acumulado e sobreviver ao mundo capitalista de alta concorrência. O complexo de reestruturação de produção sob a mundialização do capital impulsiona as transformações do trabalho industrial e a fragmentação de classe, surgindo um novo e precário mundo do trabalho e desenvolvendo um novo tipo de salário – o salariedade tardio. (ALVES, 2020; OLIVEIRA; PICCININI, 2011)

O surgimento de uma nova classe operária formada por mulheres, imigrantes e trabalhadores de elevado nível educacional e de alta qualificação e fragmentação em seus aspectos estruturais está vinculado à organização da produção de mercadorias. Na nova indústria, o operário central tende a ser mais qualificado e polivalente, mas periférico e com salário precário. Esse complexo de reestruturação produtiva atinge o Terceiro Mundo debilitando o mundo do trabalho e reduzindo pessoal empregado na indústria. Surge, com isso, o desemprego estrutural através do processo de fragmentação sistêmica que afeta o circuito da produção de mercadorias, promovendo impactos decisivos na estrutura de classe. (ALVES, 2020)

Ao falarmos de economia não podemos esquecer de mencionar que existem países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Os primeiros possuem altos índices econômicos que, frequentemente, mantêm-se elevados mesmo com as recessões e as depressões tendo-as como crises flutuantes temporárias. Em contrapartida, nos países subdesenvolvidos - onde as rendas são baixas - a formação do capital e o investimento tendem a ser menores. Essa relação se dá a partir dos índices de natalidade e mortalidade quando ambos se situam em nível muito alto, tornando menos vantajosa a distribuição etária de suas populações. Como consequência, muitos países subdesenvolvidos acabam tendo retrocesso na renda média. Na América Latina, muitos países apresentaram posições de classe média mesmo que de forma não estável,



alcançando desenvolvimento econômico graças aos portos e às cidades, deixando o campo (rural) na estagnação da pobreza e miséria. (MYRDAL, 1972)

Os debates sobre o desenvolvimento econômico foram acirrados no período posterior à Segunda Guerra. Os resultados nas áreas econômicas, políticas e históricas foram muito intensos, como miséria, discriminação racial, desigualdades políticas, econômicas e sociais. Essa preocupação revelou anseios sociais de progresso e melhoria das condições de vida, expressando o desejo da criação de condições iguais para o desfrute universal de seguridade econômica e social. (OLIVEIRA, 2002)

A teoria do desenvolvimento surge após a Segunda Guerra Mundial e marca um período de fortes pressões sociais e políticas, nacionais e internacionais, pelo desenvolvimento de países que estavam em estágio de avanço econômico e material inferior aos mais ricos. Estudos recentes têm substituído a visão tradicional que relaciona as ideias do mercantilismo por uma leitura em que se identificam elementos que os aproximam de formulações de políticas industriais do século XX, percebendo a superioridade da produção manufatureira sobre a de matéria prima, associando políticas de comércio exterior protecionistas com incentivos à industrialização e à exportação de produtos manufaturados. (BASTOS; BRITTO, 2009)

Os economistas veem surgir a necessidade de elaborar um modelo de desenvolvimento que englobe todas as variáveis econômicas e sociais. Sob o prisma econômico, “(...) desenvolvimento é, basicamente, aumento do fluxo de renda real, isto é, incremento na quantidade de bens e serviços por unidade de tempo à disposição de determina coletividade”. (FURTADO, 1961 *apud* OLIVEIRA, 2002, p.39)

A teoria neoclássica, baseada na função de produção com variações marginais de trabalho e capital (modelo de crescimento de Solow), ignora as diferenças estruturais dos países por considerar válida apenas as vantagens comparativas e, também, não trata de questões de qualidade de vida. A teoria neoclássica do valor e da distribuição baseia-se na escassez, pressupondo a existência de escassez da mão de obra, assumindo a hipótese de retornos constantes de escala; o mecanismo de substituição que gera retornos decrescentes. (OLIVEIRA, 2002)

Para Souza (2011), esse mecanismo determina a trajetória do modelo neoclássico de crescimento só existe caso haja a adição de nova unidade de capital encontre a mão de obra plenamente empregada. Caso isso não ocorra e exista uma oferta de capital será possível adicionar mais uma unidade de trabalho com o crescimento do produto na mesma proporção. Nesse sentido, a ideia que se firma é que quanto mais se acumula capital, mais o produto cresce, já que existe fonte ilimitada de trabalho. Predomina uma visão otimista do processo de produção. Dentro dessa perspectiva, o crescimento econômico gera distribuição equitativa para todos os agentes econômicos segundo sua contribuição ao processo produtivo. Os frutos do progresso técnico são distribuídos aos proprietários dos fatores de produção segundo a produtividade.

Os economistas neoclássicos aceitaram o princípio de Malthus sobre a população e a partir de 1770 apresentaram reformulações e contribuições acerca do pensamento clássico.





Três autores - Carl Menger (1840-1921), William Jevons (1835-1882) e Léon Walras (1834-1910) - ganharam destaque ao aperfeiçoaram a teoria e formarem três escolas: inglesa, com Alfred Marshall (1842-1824); a austríaca com Böhm-Bawerk (1815-1914) e de Lausanne, na Suíça, com Vilfredo Pareto (1848-1923). A escola neoclássica, assim, fundamentou a política econômica dos países capitalistas desenvolvidos até a crise de 1929. (SOUZA, 2011)

Abandonaram a hipótese das proporções fixas, enfocando a teoria do capital com uma relação mais ampla com as taxas de salário e lucro. Essa flexibilidade permitia a adoção de mais capital sem o aumento de emprego. Centraram sua análise no curto prazo, enfatizando os problemas do mercado na melhor alocação dos recursos, ou seja, na eficiência da produção. Consideravam o desenvolvimento como um processo gradual, contínuo e de grande harmonia, derivando da acumulação de capital e mostrando-se otimista quanto às possibilidades de progresso econômico. (MEIER; BALDWIN, 1968 *apud* SOUZA, 2011)

Nas palavras de Souza (2011), os economistas neoclássicos acreditam na crença, também, que o sistema econômico tende ao pleno emprego, com preços e salários flexíveis e que as remunerações dos fatores se distribuem segundo sua produtividade marginal. Dessa maneira, não existiria conflito distributivo entre os agentes econômicos, tendo em vista a eficiência alocativa que se encarregaria de proceder à justiça distributiva. Supunham o crescimento econômico que tendia a elevar os salários reais dos trabalhadores a longo prazo, tendo em vista a contínua demanda de trabalho. Para isso, contribuía a mecanização do trabalho que aumentava a produtividade, gerando rendas médias maiores para os capitalistas e trabalhadores. Para Alfred Marshall, o crescimento da riqueza era gradativo e harmonioso, fomentado por crescente acumulação de capital.

Os teóricos neoclássicos consideram, portanto, a acumulação de capital, a poupança e a taxa de juros elementos fundamentais para o crescimento e desenvolvimento econômico. Ao mesmo tempo, mostraram que a partir do momento em que as taxas de poupança abaixam, é menor o caráter desenvolvimentista local. Da mesma maneira, elementos como altos salários na burocracia estatal, comissões estéreis e desvios de verbas para contas particulares ou cofres de partidos reduzem a capacidade de poupança do país e elevam desperdícios de recursos, afugentando o ingresso de mais capital vindo de instituições internacionais para obras sociais. (CADERNOS..., 2017)

Em resumo, para a teoria Neoclássica as causas determinantes do desenvolvimento econômico encontram-se na expansão dos mercados externos ao permitir uma alocação interna de recursos mais eficientes. Contudo, essa expansão precisa existir em consonância com a liberdade de comércio e com o desenvolvimento interno dos meios de transporte. Esse fato econômico se junta a outros como o aperfeiçoamento de leis e instituições, a mobilidade de mão de obra, o grau de urbanização, a preocupação econômica que os indivíduos têm do futuro e que os leva a poupar e os investimentos em educação geral e técnica, ou capital humano para o desenvolvimento do país. (SOUZA, 2011)



3. O CASO BRASILEIRO

Até o século XIX, o mercado de trabalho brasileiro era estruturado a partir da presença do trabalho escravo – força de trabalho até então – durante os ciclos do açúcar e do ouro. Ao “ganhar liberdade”, esse trabalhador – sem terras para trabalhar – tornou-se um atuante dos latifúndios. Essa ocupação de terras não teve respaldo estatal, acontecendo de maneira precária, obrigando a população a um constante deslocamento pelas zonas de fronteira. A má distribuição de terras é o calco do Brasil, gerando um grande e atual problema agrário. (CADERNOS..., 2017)

A partir desse mesmo século se inicia a transformação do mercado escravo para o de trabalho livre. O contingente populacional nessa situação formará os trabalhadores da industrialização tardia do século XX brasileiro. Foi com a queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque (1929) que o Brasil passou a restringir o comércio internacional, forçando um maior desenvolvimento interno, o que se juntou ao declínio da produção cafeeira – foco de sustento até então. (CADERNOS..., 2017)

Os trabalhadores do Nordeste passam a ser mobilizados e o desenvolvimento industrial, bem como o surgimento de novos serviços urbanos, governamentais e de utilidade pública ou privada justificavam a integração nacional, contudo, não eram suficientes para ocupar toda a força de trabalho disponível. A vida do trabalhador ainda era afetada pela falta de emprego suficiente e pela forma como o mercado de trabalho era regulado. (CADERNOS..., 2017)

Até 1930 a organização do trabalho em sindicatos era combatida pelo Estado, mas a partir de 1930, o mesmo passou a aceitar esse tipo de organização sob tutela, conseguidos por meio de lutas que concederam direitos sociais quanto ao trabalho e o fortalecimento dos sistemas de previdência. Nos anos 1940, o governo de Getúlio tomou providências relacionadas à área de trabalho, consolidando as relações entre capital e trabalho a partir da instituição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) que gerenciava o salário mínimo e a organização sindical – mesmo que não atingisse a parte rural da população (base da economia brasileira). (CADERNOS..., 2017)

Leone e Baltar (2008) afirmam que o mercado brasileiro sempre foi desestruturado e justificam essa afirmação pelo fato de que o poder público não se empenha na instituição de regras claras com relação à idade com que as pessoas ingressam ou saem do mercado, nem mesmo as características que deveriam possuir para estar inseridas nos distintos tipos de ocupação. A mesma interpretação está presente nos Cadernos de Formação (2017).

A falta de flexibilização e de estruturação no mercado de trabalho têm formado inúmeros tipos de trabalho/emprego, como os trabalhos por conta própria, os assalariados, os trabalhadores por conta-alheia, autônomos, ajudantes não-remunerados, produtores de autoconsumo e autoconstrução. A desestruturação do mercado é consequência do capitalismo selvagem que prega o lucro acima da infraestrutura e dos mecanismos de organização justos do trabalho. (LEONE; BALTAR, 2008)





Nesse sentido, o Estado centralizou todos os recursos apoiando essa acumulação, dedicando menos recursos para as condições de produção e fazendo com que o capitalismo e a acumulação capital se tornasse a base de sustentação do progresso social. Dentro deste mesmo aspecto, podemos perceber que o capitalismo desenfreado baseado na lucratividade afeta a economia gerando fontes de riqueza que são má distribuídas. Dessa maneira, o país tem como uma de suas principais características a desigualdade social, de renda e propriedade. (LEONE; BALTAR, 2008)

O capitalismo se desenvolveu com o pós-Segunda Guerra Mundial e um momento de crise e recuperação que assolou o mundo. O Brasil chegou tardiamente, mas desenvolveu seu mercado de trabalho junto do processo de globalização a partir da década de 90, revelando tendências de desestruturação fortes no mercado de trabalho e comprimindo-o. Com a crise asiática de 1997 e a desvalorização do real em 1999, o país estava se recuperando. Recuperação esta que contou com a crescente participação feminina no mercado que acontecia desde o final da década de 60 junto do declínio das taxas de fecundidade. (LEONE; BALTAR, 2008)

A presença feminina no mercado de trabalho se deu a partir da década de 1970, permanecendo mesmo em elevados índices de desemprego e crise econômica nos anos 1980. Essa inserção se dava pela diferença salarial e pela elevada concentração de setores comerciais e de serviços em alta, ocupações mais vulneráveis e de reduzida exigência de qualificação profissional, situação esta que se estendeu até os anos 1930. (CADERNOS..., 2017)

Contudo, com a expansão industrial da década de 1960 junto ao êxodo rural via-se o deslocamento da força de trabalho agrícola para grandes centros urbanos. A evolução feminina na área rural se desacelerou frente ao crescimento no setor terciário consequência da migração, fazendo surgir, na indústria, novos setores. Essas mulheres passaram a se concentrar nos grandes centros urbanos em áreas de pequeno comércio, serviços pessoais e trabalhos domésticos. (CADERNOS..., 2017)

Foi na década de 1970 que a participação feminina aumentou, sendo maior do que em outros países de igual ou maior desenvolvimento mundial. O Relatório sobre Desenvolvimento Humano do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), de 1998, revelou que no Brasil as mulheres representavam 44% da força de trabalho, proporção essa superior à de países como o Chile (36,6%), Argentina (34,3%), Venezuela (42,1%) e México (38,4%), e até mesmo à de alguns países europeus, como Espanha (24,3%) e Grécia (26,5%). (BAYLÃO; SCHETTINO, 2014)

A presença feminina nesse período se deu como resultado da necessidade econômica, das transformações demográficas, culturais e sociais, o acesso à universidade e a queda da fecundidade, os movimentos feministas que colocavam a mulher nos espaços públicos, assim como ao desenvolvimento de métodos contraceptivos, como o uso de anticoncepcional para a diminuição do número de filhos, podendo dividir-se entre casa e trabalho. No trabalho informal da indústria – as oficinas de fundo de quintal – realizado no próprio domicílio têm predominado a figura feminina, na produção de calçados e confecções. (BAYLÃO; SCHETTINO, 2014)





No trabalho por conta-própria o emprego da mulher aumentou mais do que o homem, enquanto o número de homens desempregados diminuiu. A questão é que o trabalho feminino se mantém informalizado. As empregadas domésticas facilitaram a vida de outras mulheres ao se inserirem em atividades econômicas da mesma maneira em que a participação destas em negócios familiares tem sido mais frequente na forma de membro que auxilia o pequeno negócio. (BAYLÃO; SCHETTINO, 2014)

A partir de 1980, cresce a participação das mulheres entre a população, crescendo, também, a escolaridade. No Censo de 1991, o percentual de mulheres supera o de homens com ensino superior pela primeira vez, mesmo com as diferenças salariais. Elas se destacam nas áreas de Ciências Humanas e Sociais, Biológicas e da Saúde, enquanto os homens nas áreas de Exata, tecnológica e agrária. (CADERNOS..., 2017)

Gráfico 1: População ocupada, por forma de inserção e gênero



Fonte: Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE (média das estimativas mensais).

No Brasil, chama atenção o forte papel do serviço público estatutário na absorção da força de trabalho feminina. Possivelmente porque o acesso pela via do concurso público reduza a possibilidade de discriminação, contribuindo para uma distribuição mais igualitária dos postos de trabalho. No setor privado, as mulheres predominam em funções e atividades consideradas femininas e que têm menor remuneração.

A OIT (Organização Internacional do Trabalho) define a igualdade salarial como sendo necessário para a realização de um trabalho eficiente. Esse reconhecimento esteve presente na Convenção nº 100 de 1951 e na Convenção nº 111 de 1958. A Convenção nº 111 proíbe distinções e exclusões feitas com base em vários critérios, como o sexo. A Convenção nº 156 de 1981 disserta sobre o compartilhamento de responsabilidades familiares e a de nº 183 de 2000, sobre a proteção à maternidade. A declaração da OIT junto da Convenção das



Nações Unidas tinha por objetivo a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres, promovendo a igualdade de gênero internacionalmente. (CADERNOS..., 2017)

Segundo o Observatório de Gênero (2010), em referência ao relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, países com baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) costumam apresentar um alto índice de desigualdade de gênero (IDG). Nas palavras da instituição:

(...) a desigualdade entre homens e mulheres ocasiona a perda de 63% do potencial de desenvolvimento humano no Brasil. O país aparece em 80º lugar na lista, em que estão presentes 138 nações e territórios. O IDG do Brasil é de 0,631. O Brasil é o 17º país com situação mais favorável em termos de equidade no acesso à educação entre os gêneros. O país é um dos 34 em que há mais mulheres do que homens com o ensino médio completo. A proporção de mulheres que alcançaram esse nível de escolaridade é 2,5 pontos percentuais maior que a de homens.

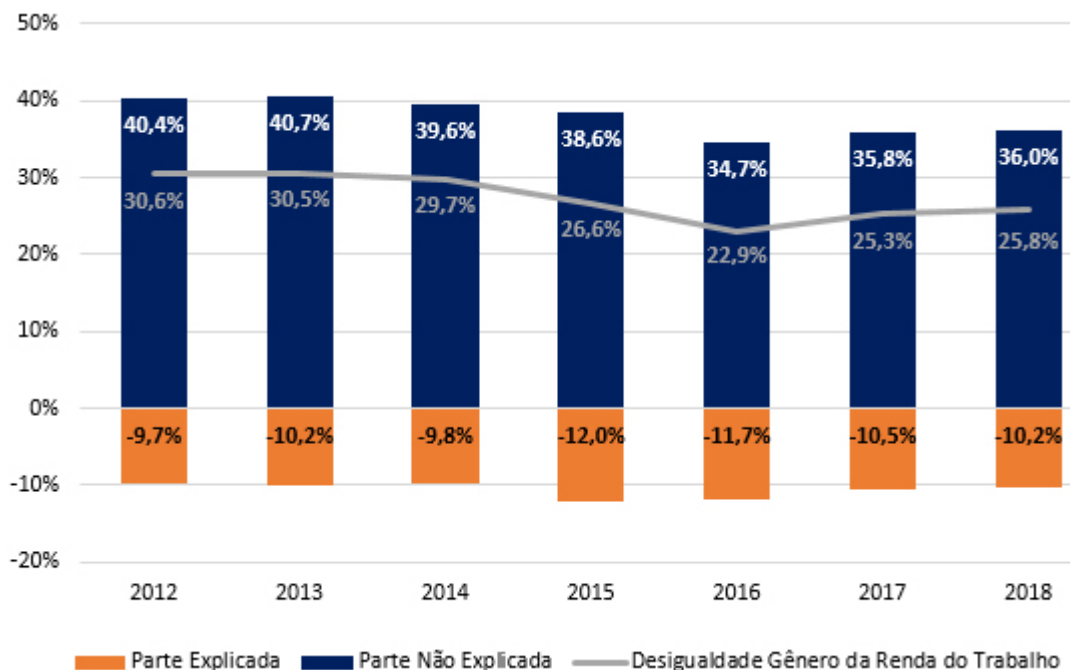
As desigualdades na remuneração entre os sexos são avaliadas – mesmo que não seguramente – através de um indicador conhecido como diferença salarial entre homens e mulheres que mede a diferença entre os ganhos médios masculinos e femininos. Dessa maneira, concluímos que as mulheres se concentram em atividades de menor remuneração. A diferença salarial também pode se referir às diferenças nos ganhos por hora, semana, mês ou ano. Trabalhando menos horas diárias por conta de suas atividades domésticas estão propensas a receber menos horas extraordinárias e restrições de trabalho noturno, como por exemplo, a insalubridade, alta periculosidade, dentre outros. (CADERNOS..., 2017)

A amplitude da diferença salarial vai variar de acordo com o setor, a profissão, o grupo em que trabalha, a escolaridade e o tempo de serviço. No caso das diferenças salariais desagregadas por escolaridade, indica que as mulheres com instrução superior apresentam diferenças de salário menos significativas em comparação com as de menor instrução, aproximando-se mais do salário masculino (CADERNOS..., 2017)

Nos últimos cinquenta anos o contínuo crescimento da participação feminina é explicado por uma combinação de fatores econômicos e culturais. Primeiro, o avanço da industrialização transformou a estrutura produtiva, a continuidade do processo de urbanização e a queda das taxas de fecundidade, proporcionando um aumento das possibilidades das mulheres encontrarem postos de trabalho na sociedade. É necessário que a própria mulher entenda a necessidade de separar casa e o trabalho ou até mesmo vida pública e privada, valorizando então sua participação constante no complemento da renda salarial familiar ou mesmo sendo a única a provê-los. (BAYLÃO; SCHETTINO, 2014)



Gráfico 2: Decomposição da desigualdade de gênero da renda do trabalho



Fonte: Extraído de <https://blogdoibre.fgv.br/posts/grande-e-persistente-discriminacao-de-genero-no-mercado-de-trabalho-brasileiro>

O mercado de trabalho brasileiro no ano de 2008 apresentou crescimento expressivo contrário ao momento negativo da década de 90 com processos visíveis de formalização de empregos, o que, atualmente, em 2020, tem tido grande queda devido a inúmeros problemas na gestão governamental e na falta de organização econômica, social, cultural e política. (LEONE; BALTAR, 2008)

Nos anos 2008, contudo, o nível de emprego elevou-se beneficiado pela retomada do crescimento econômico como consequência da situação internacional favorável ao aumento de exportações que estimulava a produção e incentivava a ampliação de empregos e renda que, em conjunto com o endividamento das famílias brasileiras, provocava autoconsumo maior com mais investimento, gerando importações. (BALTAR; LEONE, 2006 *apud* LEONE; BALTAR, 2008)

Entre 2004 e 2006, a elasticidade do emprego em relação à atividade econômica elevou-se para 0,7, patamar promissor. Em 2004, o PIB (Produto Interno Bruto) cresceu 5,7%, mas a política macroeconômica preocupada com a inflação a desacelerou para 3,2% e 3,7% entre 2005 e 2006, respectivamente. Em 2007, cresceu novamente 5,4%. (BALTAR; LEONE, 2006 *apud* LEONE; BALTAR, 2008)

Entre 2004 e 2006 houve um acréscimo da PEA (População Economicamente Ativa) por conta da participação feminina cada vez mais presente nas atividades econômicas. Ainda que o ritmo de crescimento da população em idade ativa (PIA) tenha sido o mesmo para



homens e mulheres (2,1% ao ano), a população feminina ativa cresceu mais entre as mulheres (3,2% ao ano), passando elas a serem as responsáveis pelo crescimento da PEA total, elevada para 2,5 % ao ano. (BALTAR; LEONE, 2006 *apud* LEONE; BALTAR, 2008)

O aspecto curioso, contudo, mostra que, apesar do crescimento demonstrado acima em que o emprego da mulher teve aumento em relação ao do homem, ainda sim, mostrou que o desemprego da mulher teve um crescimento de 0,3% ao ano. Coloca-se, aqui, o fato de que foi através dessas mulheres que se expandiu o emprego sem carteira assinada (2,2%), peculiaridade esta, exclusivamente, do trabalho feminino. Dentro dessa situação, é notório observar que o emprego em que a mulher mais está presente ainda é referente ao serviço doméstico; serviço este tem a marca da informalidade estampada no mercado. (LEONE; BALTAR, 2008)

Desse modo, os trabalhos de autoconsumo e autoconstrução passam a possuir papel análogo ao desemprego no caso do mercado de trabalho por conta-alheia, aumentando para ambos os gêneros, contudo, no caso da ocupação por conta própria de mulheres, a participação desse tipo de ocupação ficou 20,7% contra 7,8% para os homens em 2006. Aqui, percebe-se a presença maciça da mulher as atividades agrícolas voltadas para o próprio consumo, o que reforça a questão da invisibilidade do papel feminino na agricultura familiar. (LEONE; BALTAR, 2008)

Assim, mesmo que o crescimento modesto da economia não tenha provocado alterações relevantes, a separação do trabalho nos dois mercados – por conta-alheia e própria – permitiram a verificação do aumento intenso do emprego assalariado e formal, tanto nos estabelecimentos quanto nos serviços domésticos. Cresceram, também, os empregadores, os trabalhadores de autoconstrução e de autoconsumo. (LEONE; BALTAR, 2008)

O aumento da participação feminina no mercado de trabalho tem sustentado o intenso crescimento da população ativa no país, mesmo com a diminuição do ritmo global de crescimento populacional e da queda das taxas de participação de jovens do sexo masculino. (LEONE; BALTAR, 2008)

Para Oliveira e Ariza (2001 *apud* LEONE; BALTAR, 2008), ao adentrar no campo de trabalho é preciso ter ciência do processo histórico de segregação pelo qual a mulher passou ao longo de muitas décadas. Esse processo reflete, hoje, na segregação que as mesmas sofrem no mercado de trabalho. Eram, portanto, segregadas à esfera privada, voltadas ao cuidado do lar dos afazeres domésticos, sendo, assim, excluídas da vivência social.

Contrariando, pois, as expectativas masculinas, essas mulheres têm tido frequentes e grandes êxitos no aumento de sua participação do mercado de trabalho e nas diversas atividades econômicas que a formam, mesmo que isso signifique uma dupla jornada de trabalhos, visto que muitas ainda mantêm o trato doméstico após o expediente de trabalho externo. (LEONE; BALTAR, 2008)

Atualmente, o gênero tem se marcado criteriosamente presente ao criar espaços de trabalho extradomésticos socialmente diferenciados e hierarquizados (OLIVEIRA; ARIZA, 2001 *apud* LEONE; BALTAR, 2008). O gênero, então, acaba por marcar as oportunidades dos indivíduos no mercado de trabalho, criando inúmeras restrições às mulheres para a



ocupação de determinados postos de trabalho, como os de maior prestígio social, limitando suas possibilidades de mobilidade e reforçando o seu lugar através de menores remunerações. Devido a essa segregação, as mulheres têm se concentrado em poucos setores econômicos, como os de serviço com piores remunerações e menores responsabilidades – ficando focadas nos trabalhos extradomésticos. (LEONE; BALTAR, 2008)

É no trabalho extradomésticos que se distinguem duas situações. O mercado de trabalho por conta-alheia, o objeto de intercâmbio não é o trabalho, e sim o produto do trabalho. a diferença de trabalho por conta-alheia e própria é a diferença entre trabalho assalariado e não assalariado. No trabalho assalariado distingue-se o emprego formal do emprego sem carteira de trabalho; já o não assalariado abarca categorias de empregadores, autônomos, não remunerados, produção de autoconsumo e autoconstrução (LEONE; BALTAR, 2008). A segregação feminina é definida pela sociedade patriarca. Mesmo que, atualmente, as mulheres estejam se sobrepondo aos homens em termos de Ensino Superior, elas não conseguem alcançar altos cargos em empresas ou instituições privadas e públicas, visto que são interrompidas ou pelo processo de maternidade ou pelos valores culturais mantidos pelo patriarcado. Como consequência, muitas mulheres têm baixa perspectiva profissional, seja pela baixa remuneração, pelas baixas oportunidades ou o acesso restrito ao mundo do trabalho, limitando, tantas vezes, ocupações instáveis, precárias e informais. (CADERNOS..., 2017)

As mulheres se preocupam mais com a formação profissional e, por isso, se destacam por sua diversidade e processos multifuncionais, aumentando suas conquistas com maior qualificação, facilitando sua entrada no mercado de trabalho e consolidando os padrões femininos (AZEVEDO; FERNANDES; MENEZES, 2000 *apud* BAYLÃO; SCHETTINO, 2014). A diferença na forma de inserção das mulheres e homens com mesma característica produtiva no mercado pode ocorrer por três motivos distintos: primeiro pelo custo de oportunidade de tempo usado para trabalhar que pode diferir entre os gêneros; em segundo por conta da diferença salarial que, muitas vezes, é fruto da discriminação pura e simples e, por último, as mãos de obra femininas e masculinas que podem ser interpretadas pelas firmas como diferentes fatores de produção. (BAYLÃO; SCHETTINO, 2014)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou responder as questões apresentadas em seu início. Sendo assim, podemos perceber que o mercado de trabalho tem recebido uma grande quantidade de mulheres ao longo dos anos. De início as recebeu em trabalhos considerados inferiores, os que eram voltados para áreas domésticas ou comercial, que exigiam menor conhecimento.

Com o passar do tempo, as mulheres começaram a se posicionar diante do mercado e da sociedade, mostrando eficiência e competência nos mais variados serviços e se fazendo perceber em profissões estratégicas de maior valor, não somente as que necessitam de maior grau de instrução, mas a que precisam de maior sagacidade.





Contudo, o que apertava a relação de crescimento feminino dentro do mercado de trabalho – além de muitos outros fatores – era a segregação que fazia dos espaços privados controlados por homens um espaço quase que exclusivamente pertencente a eles, ou seja, tantas e tantas vezes mulheres com maior potencial e conhecimento deixavam de adquirir um emprego de qualidade por conta de machismos e preconceitos com o gênero – mesmo que as capacidades entre homens e mulheres fossem os mesmos.

Ainda nesse sentido apresentavam-se as desigualdades salariais que faziam do homem o pilar central da organização e sustento familiar, deixando, muitas vezes, o emprego feminino como algo secundário, de auxílio, e nunca de destaque. Contudo, com o tempo a mulher passou a assumir sua dupla função, era dona de casa e também trabalhava fora. Para ela isso era essencial para aumentar sua presença no mercado de trabalho, contudo, para os empresários era prejuízo, visto que, por precisar dividir seu tempo com as tarefas domésticas. A mulher, então, acabava por trabalhar uma quantidade menor de horas, deixando de ganhar muitos benefícios junto de seu salário, o que consolidou a justificativa dos empresários para a diferença salarial em relação aos homens.

Pensando assim, poderíamos nos questionar o porquê de os empresários não contratarem apenas mulheres, pagando menos e conquistando os mesmos ou maiores objetivos. Logo lembramos que, além dessa necessidade da divisão de tempo com as atividades domésticas, que não permitem a mulher estender seu tempo de trabalho por inúmeras horas vagas com grande frequência, também a questão da maternidade. Mediante a isso, junto ao preconceito por gênero, muitos empresários não contratam mulheres com filhos e maridos, pois o capitalismo não admite dividir sua mão de obra com outros processos que necessitam de tempo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, G. Trabalho e mundialização do capital – o novo e (precário) salariado tardio. **Rede de Estudos do Trabalho**. Disponível em <<http://www.estudosdotrabalho.org/artigo-giovanni-alves-trabalho-mundializacao-capital.pdf>> . Acesso em 10/04/2020.
- AMADO, A. M. Limites monetários ao crescimento Keynes e não-neutralidade da moeda. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 21, n.1, p. 44-81, 2000.
- BASTOS, C. P; BRITTO, G. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. **Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento**. Editora Contraponto, 2009.
- BAYLÃO, A. L; SCHETTINO, E. M. A inserção da mulher no mercado de trabalho brasileiro. **XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2014.
- CADERNOS DE FORMAÇÃO. **Mulheres: mundo do trabalho e autonomia econômica**. Instituto de Economia, CESIT, 2017.
- LEONE, E. T; BALTAR, P. A mulher na recuperação recente do mercado de trabalho brasileiro. **Rev. Bras. Est. Pop.**, São Paulo, v. 25, n. 2, p. 233-249, 2008.





MYRDAL, G. **Teoria econômica e regiões subdesenvolvidas**. Editora Saga S.A, 2 ed, Rio de Janeiro, 1972.

OBSERVATÓRIO DE GÊNERO. **PNUD APRESENTA ÍNDICE PARA MEDIÇÃO DA DESIGUALDADE DE GÊNERO**. PUBLICADO EM 10/11/2010. DISPONÍVEL EM <[HTTP://WWW.OBSERVATORIODEGENERO.GOV.BR/MENU/NOTICIAS/PNUD-APRESENTA-INDICE-PARA-MEDICAO-DA-DESIGUALDADE-DE-GENERO/](http://www.observatoriodegenero.gov.br/menu/noticias/pnud-apresenta-indice-para-medicao-da-desigualdade-de-genero/)>. ACESSO EM 16/05/2020.

OLIVEIRA, G. B. Uma discussão sobre o conceito de desenvolvimento. **Rev. FAE**, Curitiba, v.5, n.2, p.37-48, maio/ago. 2002.

OLIVEIRA, S. R; PICCININI, V. C. **Mercado de trabalho: múltiplos (des)entendimentos**. RAP – Rio de Janeiro 45(5), p. 1517-538, 2011.

SCORZAFAVE, L. G; MENEZES-FILHO, N. A. Participação feminina no mercado de trabalho brasileiro: evolução e determinantes. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 3, p. 441-478, dez. 2001.

SOUZA, N.J. **Desenvolvimento econômico**. São Paulo: Atlas, 2011.

Recebido em 03/11/2020

Aceito em 11/11/2020

